



(Tradução)

Interpeleção Escrita

Atenção ao progresso da revisão do diploma legal relativo à educação técnica e profissional

Com a entrada em vigor, em 2006, da Lei de Bases do Sistema Educativo não Superior, Macau passou a ter, finalmente, um rumo de desenvolvimento claro para o seu sistema educativo. Entretanto, muitos diplomas legais afins estão ainda por actualizar, o que vem impedir, em determinado grau, o ritmo do desenvolvimento educativo. Veja-se como exemplo o diploma legal relativo à educação técnica e profissional. O Decreto-lei n.º 54/96/M entrou em vigor há mais de 20 anos e nunca foi alvo de revisão, sendo assim difícil adequar-se às necessidades decorrentes do desenvolvimento social e ao fenómeno geral de continuar os estudos universitários. Segundo alguns encarregados de educação e alunos, a educação técnica e profissional nada ajuda, no âmbito da prossecução de estudos no ensino superior e do acesso a emprego, razão pela qual são poucos os alunos de educação técnica e profissional. Registaram-se, no ano lectivo de 2016/2017, apenas 992 alunos (cerca de 1/27 do número total de alunos)¹, o que resultou na restrição do

¹ Dados da educação regular, http://202.175.82.54/dsej/stati/2016/p/edu_num16_part1.pdf



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

desenvolvimento da educação técnica e profissional, sendo ainda desfavorável à formação de talentos necessários para os diversos sectores.

De acordo com o “Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau”, divulgado no início deste ano, a formação de talentos segue o objectivo caracterizado pelo lançamento “de cima para baixo e de baixo para cima”. Assim sendo, os atrasos na revisão do diploma legal relativo à educação técnica e profissional resultam, sem dúvidas, na existência de lacunas nos mecanismos de formação de talentos. O Governo afirmou que, para efeitos do desenvolvimento da educação técnica e profissional, eram necessários diplomas legais, recursos de docência e um sistema de gestão perfeitos, a par de ser necessário mudar a mentalidade da população². Entretanto, perante a falta de regulamentação clara na lei, como é que se pode assegurar a melhoria, no âmbito dos recursos de docência e do sistema de gestão, bem como mudar a mentalidade da população? Reparando nos trabalhos desenvolvidos pelo Governo, no âmbito da revisão do diploma legal relativo à educação técnica e profissional, já em 2014, o Governo incumbiu o Instituto de Ensino Técnico-Profissional da Academia de Ciências de Educação de Xangai da elaboração do Relatório do estudo sobre o método de desenvolvimento do ensino técnico-profissional de Macau; afirmando,

² “É de expectativa que a legislação relativa à educação técnica e profissional tenha lugar no corrente ano”, Jornal Ou Mun, página A02, 4 de Fevereiro de 2017.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

em 2016, que o desenvolvimento dos trabalhos de consulta ia ter lugar, o mais tardar, nos finais de 2016, e que o processo legislativo ia ter lugar em 2017; disse ainda, nos finais de 2017, que a consulta pública teria lugar, respectivamente, nos 1.º e 4.º trimestres do mesmo ano^{3,4}; mas, no início deste ano, passou a dizer que ia lutar pela realização da respectiva consulta pública no 1.º trimestre do corrente ano⁵. Até ao momento, nada se vê sobre isto. Porquê?

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Nestes últimos anos, o Governo empregou esforços em promover a diversificação industrial, portanto, registou-se uma crescente procura de talentos em diversos sectores, o que destacou os efeitos práticos da educação técnica e profissional e a importância de talentos práticos. Qual é o ponto de situação da respectiva revisão legislativa? Será possível salvaguardar que todos os trabalhos de auscultação e revisão sejam concluídos neste ano?
2. Quanto às razões do número reduzido dos alunos de educação técnica e profissional, o Governo apontou: o número de alunos do secundário teve uma redução desde o ano anterior, e daqui a 3 anos este nível vai ser o mais baixo; os encarregados de educação

³ Resposta à interpelação escrita apresentada pela Deputada Kwan Tsui Hang, <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2017-11/685135a0c03f69f6a3.pdf>

⁴ Idem 2

⁵ Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Deputado Lei Chan U, <http://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2018-01/960255a70241606299.pdf>



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

entendem, geralmente, que as saídas profissionais do ensino técnico-profissional são piores do que as do ensino regular; o número reduzido de alunos tem a ver com o planeamento e desenvolvimento profissional dos alunos, e a sua vontade de continuar os estudos no ensino superior⁶. De que medidas concretas dispõe o Governo para resolver esta situação? Vai reforçar a prestação de apoio e o investimento de recursos na educação técnica e profissional?

25 de Maio de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng**

⁶ Idem 2